

**DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES E PERIFERIZAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO
PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO PARA A
RECUPERAÇÃO DE COMUNIDADES BRASILEIRAS**

Ana Paula Marques da Silva

MANHUAÇU / MG

2020

ANA PAULA MARQUES DA SILVA

**DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES E PERIFERIZAÇÃO: A IMPORTÂNCIA
DO PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO PARA A
RECUPERAÇÃO DE COMUNIDADES BRASILEIRAS**

Trabalho Final de Graduação
apresentado ao curso superior de
Arquitetura e Urbanismo do Centro
Universitário - UNIFACIG, como
requisito parcial à obtenção do Título
de Graduação em Arquitetura e
Urbanismo.

Orientadora: Fernanda Cota Trindade

MANHUAÇU / MG

2020

DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES E PERIFERIZAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO PARA A RECUPERAÇÃO DE COMUNIDADES BRASILEIRAS

**Ana Paula Marques da Silva
Fernanda Cota Trindade**

Curso: Arquitetura e Urbanismo Período: 10º Área de Pesquisa: Urbanismo

Resumo: A massa de aglomerados nos centros urbanos ocasionou a supervalorização dos terrenos, fazendo com que as pessoas de baixa renda buscassem moradias em áreas mais afastadas, formado assim as periferias. O crescimento das periferias resultou em áreas com alto índice de adensamento populacional. A falta de planejamento urbano nessas áreas são responsáveis por problemas urbanos, como a ausência de infraestrutura e serviços públicos adequados. Uma forma de reverter os problemas gerados pela falta de planejamento urbano é a revitalização, ela atua diretamente nos núcleos urbanos, trazendo mudanças positivas. Dessa forma, o objetivo da pesquisa consiste em analisar os impactos que as intervenções podem causar no meio urbano, de modo que contribua para solucionar possíveis problemas gerados em comunidades precárias. À vista disso, será utilizado como metodologia da pesquisa a revisão bibliográfica e estudos de caso. Nos estudos de caso foram destacadas as intervenções realizadas na Rocinha, Rio de Janeiro, Brasil e a periferia Comuna 13, localizada em Medellín, Colômbia, que através de suas transformações mudaram a vida dos moradores. Conclui-se que é possível intervir em espaços que não foram planejados, as intervenções bem-sucedidas podem trazer de forma integral e social uma melhor qualidade de vida como oportunidades de emprego, educação, lazer e saúde.

Palavras-chave: Planejamento, Intervenção, Requalificação, Periferias.

1. INTRODUÇÃO

As cidades estão a todo tempo em crescimento, muitas áreas de risco e áreas não edificantes estão sendo ocupadas por falta de acesso as áreas legais, e por muitas vezes já não há mais áreas livres para construção, causando precarização em relação ao todo da malha urbana, sucedendo assim a segregação espacial, onde as pessoas de baixa renda se deslocam em busca de uma moradia mais econômica, consequentemente surgindo as periferias, que são resultantes das desigualdades socioeconômicas e dos problemas de planejamento e gestão urbana.

Em muitos casos no Brasil, nas comunidades não há planejamento urbano, trazendo consigo problemas como falta de infraestrutura; exclusão social; desvalorização do uso do solo; abandono e marginalização de áreas. A marginalização dessas áreas estão ligadas à falta de desenvolvimento social, político e econômico (MUNIZ,2019). Villaça (2001) retrata as periferias como mecanismo de exclusão.

De acordo com Arantes, Vainer e Maricato (2000) o urbanismo brasileiro entendido como planejamento e regulação urbanística, não tem envolvimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a apenas uma parte da cidade. A ordem relaciona-se a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Onde elas demandam a uma parcela da sociedade apoiando e desenvolvendo desigualdades e privilégios. Segundo Villaça (1999) Planejamento urbano é a organização dos espaços urbanos de forma específica, ou seja, aplicando-se ao plano de uma cidade individualmente.

O processo de Requalificação está totalmente ligado aos processos urbanos e aos efeitos que eles induzem nas cidades (FORTUNA e LEITE, 2009). A Requalificação urbana tem por objetivo um conjunto de medidas e ações de aplicar um novo valor a uma cidade, zona ou área urbana, dando vida econômica e social (BEZERRA e CHAVEZ, 2014).

O presente artigo sob o tema: “Desenvolvimento das cidades e periferização: a importância do planejamento urbano e projetos de requalificação para a recuperação de comunidades brasileiras” objetiva analisar os problemas referentes a falta de planejamento e infraestrutura do espaço urbano e como tem se dado os processos de requalificação de comunidades irregulares no Brasil ressaltando os avanços e entraves.

A justificativa deste trabalho está em salientar a importância do Planejamento Urbano e da Requalificação Urbana, procurando o reordenamento, proteção, reutilização e reconversão de espaços urbanos, sempre integrando as questões econômicas, ambientais e socioculturais para uma melhor qualidade de vida da população.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1.2. O surgimento das periferias no Brasil

O processo migratório no Brasil na década de 60 resultou em uma densa massa de aglomeração nos centros urbanos já existentes, gerando supervalorização dos terrenos nas áreas centrais e próximas aos comércios e prestação de serviços, levando a população que não possuía condições de adquirir lotes mais próximos dessas áreas para as mais afastadas. Através dessa exclusão social as periferias foram constituídas com alto índice de adensamento, onde tais indivíduos habitam em lugares sem infraestrutura e serviços públicos adequados (MARTINS, 2012).

Após a Revolução Industrial a cidade do Rio de Janeiro sofreu com grandes problemas urbanísticos. De acordo com Scotto (2014) a cidade se desenvolveu de forma desorganizada, sem planejamento onde as ruas eram estreitas, sujas e tortas que ocasionavam a proliferação de doenças que vinha desde a década de 1870 e se agravava a cada dia, onde as epidemias de cólera, febre amarela, varíola e tuberculose afastavam os imigrantes. Com a falta de planejamento se formou um centro urbano improvisado ao redor do cais, no qual havia um intenso movimento de exportação. No entanto muitos navios evitavam o porto do Rio de Janeiro com receio das doenças, assim o corpo diplomático preferiu se instalar de maneira definitiva na cidade de Petrópolis, pois a elite republicana não se sentia caracterizada naquela realidade arquitetônica e naqueles espaços públicos. O protótipo de cidade retratava uma identidade urbana feia e antiga, perigosa e doente, oposta a tudo que a República queria retratar de si mesma.

Prosseguindo com o autor supracitado, o retrato do país para os viajantes que chegavam ao Rio de Janeiro era de um império decadente, as pessoas lembravam do Brasil como um país escravocrata, onde nas ruas encontravam-se negros recém-libertos, que viviam como ambulantes. Barão do Lavradio médico responsável por conter as doenças não conseguiu vencer as epidemias, que ganharam forças na década de 1870 e foram até os anos de 1920, se tornando também paisagem do Rio de Janeiro.

Sob a coordenação do Barão de Rio Branco, com inspiração no Plano de *Hausmann* para Paris, as reformas que objetivavam a criação de uma Paris tropical para vender um Brasil europeu à Europa marcaram o início do processo de destruição do centro urbano do Rio de Janeiro, conhecido como “bota-abaixo”, no qual ocorreu a desapropriação de uma grande massa populacional pobre para os morros da cidade, surgindo assim as periferias. Os espaços urbanos produzidos através da desapropriação dos locais do centro e zona portuária para a construção da Avenida central foram conquistados através da população pobre que habitava os velhos casarões e os cortiços ocorrendo a utilização da força pública e normalmente a violência. A população removida teve que procurar por si uma solução para o problema da moradia. O poder público ficou responsável de realizar as desocupações e as obras, os problemas sociais decorrentes a situação não adentravam na discussão (SCOTTO, 2014).

Ainda relacionado a esse panorama de reformas urbanísticas no Brasil, Maricato (1995, p.18) ressalta que:

A necessidade de se afirmar levou o Estado republicano a incentivar uma sucessão de reformas urbanísticas nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus, Belém, Curitiba, Santos e Porto Alegre, reformas essas que se inspiraram no que o Barão de Haussman fizera, alguns anos antes em Paris. As cidades adquiriram importância que nunca tiveram antes, como lugar da crescente produção industrial e como mercadoria, elas próprias, por meio de um mercado imobiliário crescentemente importante. Com o objetivo de eliminar os resquícios da sociedade escravista, erguer um cenário modernizante e consolidar o mercado imobiliário, as reformas urbanísticas expulsaram a “massa sobrando” (negros, pedintes, pessoas sem documentos, desempregados de modo geral) dos locais urbanos mais centrais ou mais valorizados pelo mercado em transformação. Mais do que a cidade colonial ou imperial, a cidade sob a República, expulsa e segrega.

Segundo Souza (2002) as habitações coletivas populares surgiram na segunda metade do século XIX na cidade do Rio de Janeiro, com o aumento dos cortiços das casas de cômodos, das estalagens e das “cabeças de porco” (*Kitnets*, quartos individuais, com cozinha e banheiro, simples), surgiam como “solução lucrativa” nas áreas centrais com o grande crescimento populacional. Com o aumento das epidemias, ocorreu um combate intenso aos cortiços, que implicou na expulsão dos inquilinos. Os moradores que não possuíam renda suficiente para alugar uma moradia na área central deslocam-se para os morros do centro da cidade, como opção habitacional.

Scotto (2014) ressalta que alguns autores dão como origem o surgimento das periferias a ocupação do Morro da Providência, no Rio de Janeiro, onde as tropas do exército após regressarem do combate aos Canudos construíram pequenas e improvisadas moradias no local, daí teria originado o nome original da época ‘Morro da Favela’.

De acordo com Cardoso (2007), no Sudeste a forma predominante de ocupação se dava através da invasão, principalmente de terrenos públicos, onde aumentava a esperança de permanência. Essa ocupação em muitos casos se dava através do apoio políticos ou por agentes públicos, em troca de apoio eleitoral, parte das favelas se localizava também em terras inadequadas, principalmente mangues, margens de cursos d’água ou encostas de alta declividade.

Entretanto, no Brasil, segundo o autor supracitado, nem todas as favelas eram invasões, no Nordeste alguns proprietários de terras permitiam a ocupação sem parcelamento, através da contrapartida do pagamento de um arrendamento, na maioria dos casos sem contratos formais, esse processo ficou conhecido como “aluguel do chão”, favorecendo o proprietário com a valorização do terreno através da consolidação da ocupação, no qual eles podiam despejar os moradores, sem direito à indenização, pois eles não estavam protegidos pela ausência de contratos formais.

No início a favela era um problema situado nos grandes centros urbanos, onde no final do século XIX e início do século XX se encontravam as formas de moradia predominantes: cortiços, estalagens ou casas de cômodos. No final do século XIX os cortiços foram proibidos pela legislação, sendo também objeto de programas de erradicação por meio da famosa política do “bota-abixo” que caracterizou a gestão do Prefeito Pereira Passos entre 1903 a 1907, na cidade do Rio de Janeiro. No decorrer do século XX, as favelas foram se consolidando como principal alternativa de moradia para as populações de baixa renda, que não tinham condições de se estabelecer em áreas estáveis (CARDOSO, 2007). Buscando um panorama para o

século XXI, segundo dados do ano de 2008, no Brasil, a região Sudeste dispõe o maior número de pessoas vivendo em aglomerados subnormais (MATA; LALL; WANG, 2008).

2.1.3. Processo de urbanização e os problemas gerados pela falta de planejamento

O planejamento urbano, conforme qualquer modelo de planejamento, é uma dinâmica que remete sempre ao futuro. É a forma que os homens têm de buscar entrever a evolução de um fenômeno ou processo, e, a partir deste conhecimento, procurar se prevenir contra problemas e dificuldades, ou ainda explorar melhor possíveis benefícios (SOUZA; RODRIGUES, 2004).

Segundo Mota (1999), o planejamento deve se elaborar com alicerce na concepção de desenvolvimento sustentável, considerando às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

A Revolução Industrial impulsionou uma urbanização acelerada, gerando nos centros urbanos grandes aglomerados de fábricas e escritórios, constituindo habitações em situações precárias (SILVA, 1997).

A urbanização gera enormes problemas, deteriora o ambiente urbano, provoca a desorganização social, com carência de habitação, desemprego, problemas de higiene e de saneamento básico. Modifica a utilização do solo e transforma a paisagem urbana. A solução desses problemas obtém-se pela intervenção do poder público, que procura transformar o meio ambiente e criar novas formas urbanas. Dá-se então a urbanificação, processo deliberado de correção da urbanização, ou na criação artificial de núcleos urbanos [...]. (SILVA, 1997, p. 21)

No século XIX com o desenvolvimento da indústria, com a saída das pessoas dos contingentes rurais para as cidades, ligado com a falta de planejamento urbano ocasiona algumas mudanças, como por exemplo, o fenômeno da segregação social (CAMARGO, 1989).

Segundo Santos (1996), o processo de metropolização adquiriu uma grande importância, considerado as diversas consequências do processamento de expansão urbana. Esse rápido crescimento dá origem as favelas, levando a ocupação desordenada do território, formadas por comunidades marginalizadas pela sociedade, onde estas, sem condições financeiras ocupam áreas irregulares. Tavares Filho (2001), define a marginalização como criação de preconceitos e discriminações culturalmente criados, onde passa por questões socioeconômicas refletida na desigualdade entre ricos e pobres, no qual se encontra inconsistente a assistência do Estado em corresponder a população de baixa renda.

Com o aumento da população e a falta de planejamento urbano começaram a surgir alguns problemas como a segregação espacial, onde se forma distância entre moradias de diferentes grupos, ela está relacionada a valorização exorbitante dos imóveis que compõem os serviços básicos, como asfalto, saneamento básico e transporte. Também ocorre a segregação social, que ocasiona a distância ao acesso, elaboração e execução de políticas públicas, que diz respeito a dificuldades que os grupos de baixa renda enfrentam como conseguir emprego de melhor qualidade, escolas, médicos, cultura e lazer (SILVA, 2007).

Villaça (1999) retrata que antes de 1930 com a falta de planejamento urbano os problemas urbanos estavam se desenvolvendo a cada instante e se agravavam na forma de habitação, transporte, loteamentos irregulares e saneamento básico, constatando que a população de baixa renda tinha cada vez menos, o poder de liderança, já que não tinham resposta quanto aos problemas, complementando que o capital já não tinha mais interesse nos planos de embelezamento, e sim, em obras de infraestrutura viária e de remodelação urbana, para retorno imobiliário.

Essa distinção se destaca também no mercado mobiliário, onde o investimento público introduz renda para o mercado de alto padrão, deixando carências básicas de grande parte da população de lado. Assim são formados a escassez de moradias e a segregação territorial de um mercado que se vende como um quadro de distinção. A partir dessa exclusão no mercado legal que se constituem as formas de provisão habitacional como os cortiços de aluguéis, as favelas e os loteamentos ilegais, visto que a promoção pública não chega a afetar o mercado correspondente à baixa oferta de moradias decorrente as políticas sociais (MARICATO, 2013).

Segundo Fontes (2013, p. 157 e 158), as habitações a partir do mercado imobiliário informal apresentam a presença “[...] dominante de grandes conjuntos de habitações desprovidas da infraestrutura adequada, como saneamento, água potável, energia elétrica, coleta de lixo e condições de habitabilidade mínima [...]” como ocupação irregular e autoconstrução, e ainda expõe que “[...] parte da população constroem suas casas com materiais inadequados como papelão, lata e taipa[...]”.

Maricato (2013, p. 124 e 125) declara que existe uma lacuna considerável entre plano diretor e gestão urbana, pois as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias, onde o país ignora temas como “[...] habitação social, o transporte público o saneamento e a drenagem [...]” por não terem prestígio para tal urbanismo, resultando em exclusão social, no qual há “[...] planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, lei para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns [...]”.

De acordo com o IBGE (2010), 6,0% (11.425.644 pessoas) da população brasileira residem em aglomerados, fazendo parte de cerca de 6.329 aglomerados subnormais, formados por ocupação irregular de terrenos. Os aglomerados subnormais são caracterizados pela ausência de um ou mais serviço público, tal como padrão urbanístico irregular, restrição de ocupação do solo; abastecimento de água, fornecimento de energia, coleta de lixo e destino de esgoto. Vinte regiões metropolitanas concentravam 88,6% dessas habitações, na Região Sudeste quase a metade (49,8%) dos domicílios são resultantes de aglomerados subnormais. De acordo com a estimativa do IBGE (2020), em 2019, havia 5.127.747 de domicílios ocupados em 13.151 aglomerados subnormais no Brasil.

2.1.4 Revitalização urbana: caracterização, e importância.

Segundo a Carta da Reabilitação Urbana Integrada (1995), conhecida como Carta de Lisboa, a revitalização urbana se consolida em operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade que se encontra em decadência. Aplicando-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas.

Silva (2002), ressalta que a revitalização urbana condiz a um momento histórico abrangendo de forma natural diversos tipos de intervenção. Contendo algumas terminologias que define particularidades de cada tipo de intervenção, que condizem com as diversas realidades existentes, destacando-se a reabilitação urbana e

requalificação urbana, seguindo como referência as definições da Carta de Lisboa. O conceito de revitalização busca conciliar a preservação do patrimônio cultural, adaptando-o a conjuntura atual, onde as necessidades atuais e os valores devem ser considerados tanto quando a conservação como também o resgate da memória dos lugares.

SOUZA e KRUSE (2012, *apud* Trindade, 2015, p. 29), destaca que na década de 1970, a Europa e os Estados presenciaram mudanças no modo como se trata o patrimônio. Surgindo nesse período os novos termos utilizados para identificar as novas formas de intervenção: reabilitação, revitalização e requalificação. Aplicando-se principalmente em centros urbanos e zonas degradadas subutilizadas ou abandonadas da cidade, com a intenção de resgatar sua importância. De acordo com Cunha (1999, p.4):

Passa a falar-se em reabilitação, reutilização e revitalização de zonas urbanas, sendo a reabilitação um processo integrado sobre uma área que se pretende manter ou salvaguardar. Envolve o restauro ou conservação dos imóveis, a que alguns chamam de reabilitação física, e a dinamização do tecido económico e social, chamada revitalização funcional (a manutenção de um bairro implica a conservação das suas características funcionais e o aumento da sua capacidade de atracção, quer para as pessoas que lá habitam quer para o exercício de actividades económicas e sociais compatíveis com a residência).

De acordo com Arantes, Vainer e Maricato (2000) a revitalização se tornou um grande fator da evolução urbana, operando, por exemplo, na transformação dos núcleos urbanos, envolvendo cidade, empresa e cultura. Quanto à revitalização de áreas ociosas é de extrema importância o cuidado e a precaução relativos aos impactos que podem ser gerados no meio urbano, na conduta como as operações de reanimação são realizadas. A questão de acessibilidade nessas áreas consideradas ociosas, é de muita importância, podendo levar a um bom planejamento. O planejamento urbano e os estudos de revitalização podem trazer mudanças positivas, fazendo com que tais locais possam ser consolidados com usos que atendam às necessidades tanto econômica e estruturais para uso da sociedade (COUTO e MARTINS, 2013).

Maricato (2000, p. 39 e 76) destaca que "o processo de urbanização se apresenta como uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente". Onde o processo de intervenção no meio físico não é capaz de promover a inclusão social. A efetuação de política urbana em áreas periféricas, cortiços, loteamentos ilegais requer profissionais capacitados para propiciar uma possível reversão do cenário de violência e marginalidade.

3. METODOLOGIA

Tem-se como metodologia a confecção de pesquisa com abordagem exploratória, no intuito de levantar dados e fazer análises que estimulam a compreensão do tema proposto, visando explicar e aplicar os conceitos da base bibliográfica em relação ao tema.

O levantamento bibliográfico, foi realizado com base em dissertações, artigos e teses acerca das seguintes abordagens: planejamento urbano; formação das periferias; consequências da falta do planejamento urbano na estruturação das cidades, e por fim, o conceito de revitalização. Para contribuir com o alcance do

objetivo da pesquisa também serão feitos estudos de casos que possam permitir uma análise, buscando um estudo nacional e um estrangeiro para permitir a comparação de como se deu o processo de revitalização em comunidades precárias. Assim, foram selecionadas a Rocinha, Rio de Janeiro, Brasil e a periferia Comuna 13, localizada em Medellín, Colômbia.

4. Análise de dados e discussão

4.1 Estudos de caso

Na América Latina 44% da população vivem em favelas ou subúrbios em situações precárias, causadas pela pobreza e desigualdade social. 76% dos domicílios em bairros precários sofrem com a falta de planejamento urbano, entre eles estão a qualidade da infraestrutura como saneamento e iluminação (JORGE, 2005).

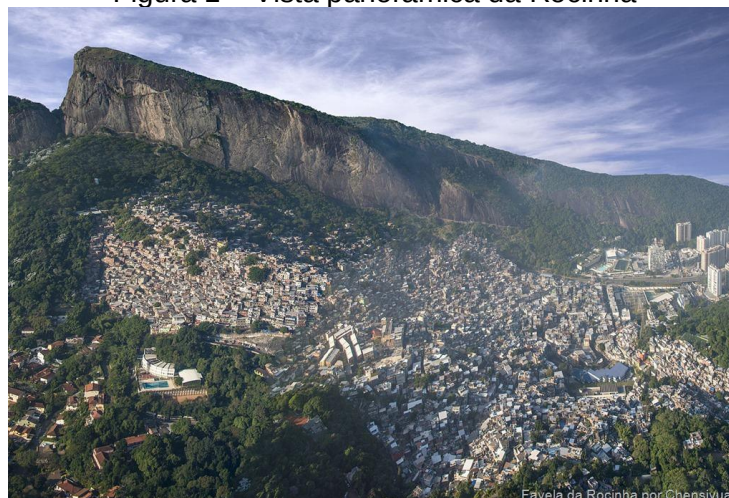
As periferias como a Rocinha, Rio de Janeiro, Brasil e a Comuna 13, localizada em Medellín, Colômbia, conhecidas mundialmente pela suas histórias e suas transformações, ressaltam possíveis transformações que envolvem as intervenções urbanas, transmitindo valores sociais, econômicos e políticos. Com os dois estudos será possível verificar alcances e entraves das revitalizações.

4.1.1 Rocinha, Rio de Janeiro – Brasil

A Rocinha é a maior favela do Brasil (FIGURA 1), se localiza na zona sul do Rio de Janeiro, sua densidade populacional é de 48.258 habitantes por quilômetro quadrado. A periferia busca através do turismo uma forma alternativa para seu desenvolvimento que nos últimos anos vem crescendo, formando micros empresas locais, gerando uma forma de renda e oportunidades de emprego (ROD, 2019).

Dados recentes da Associação de Moradores presumem que o número de habitantes na comunidade chegue em torno de 160.000 habitantes (ROCINHABLOG, 2010). Segundo CIESP (S.d.), em 1999 o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos evidencia que a Rocinha já foi considerada a maior favela da América Latina possuindo uma área de ocupação de 877.575 m². Localizada entre dois bairros de classe média alta, gera um imenso contraste urbano na paisagem.

Figura 1 – Vista panorâmica da Rocinha



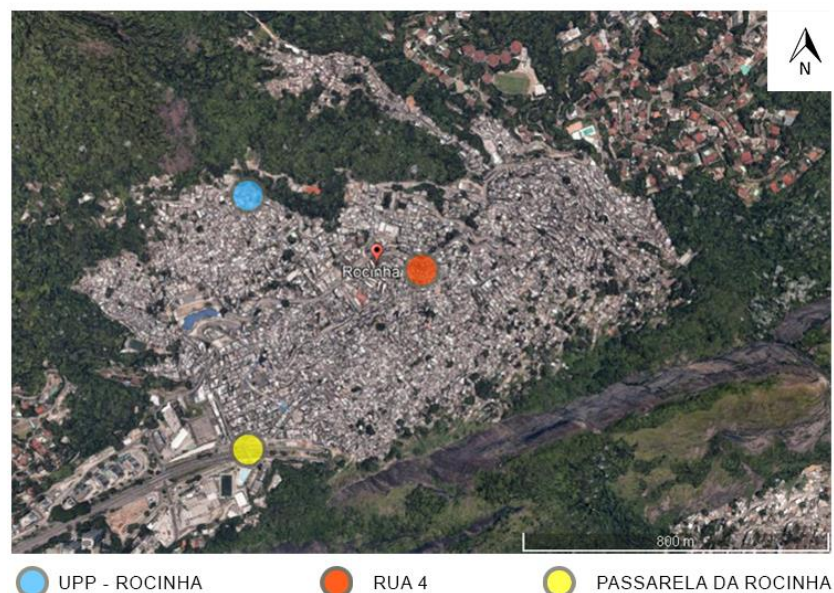
Fonte: Chensiyuan (2016)

Em 2009, foram criadas as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), através do governo estadual, tendo como objetivo expulsar o crime organizado. Em 2010 foi elaborado o programa UPP Social, tendo em vista que para a pacificação, as causas que levavam a violência teriam que ser resolvidas, e entre elas estão a exclusão social, a carência de serviços e infraestruturas públicas, o desemprego e o alto índice de pobreza (ARQ.FUTURO, 2019). Segundo os moradores, posteriormente a instalação das UPPs na Rocinha foi possível constituir algumas atividades dentro da periferia que antes não era possível, houve também a possibilidade dos moradores se expressarem através de reivindicações por serviços e representatividade dos movimentos sociais que estavam sobre o controle da soberania do narcotráfico (MOREIRA, 2014).

Nesse cenário a população da Rocinha considerando as propostas de intervenção do programa de Aceleração do Crescimento nas Favelas (PAC-Favelas) viu a possibilidade de melhorias de infraestrutura, saneamento, transporte, entre outras (NETO, 2015).

As obras que constituem o PAC Rocinha contemplam três setores, sendo eles a construção de novos prédios em junção de serviços e equipamentos públicos como e equipamentos esportivos, biblioteca e creches, setor de urbanização como acessibilidade e saneamento e por último a construção de unidades habitacionais. (IZAGA e PEREIRA, 2014) (FIGURA 2).

Figura 2 – Intervenções executadas na Rocinha



Fonte: Google Earth (2020), adaptado pela autora

A passarela projetada por Oscar Niemeyer tem cerca de 60 metros de extensão, com 3 rampas de acesso, onde uma é na Rocinha e as restantes do outro lado da Autoestrada Lagoa-Barra. A obra custou equivalente a R\$ 15 milhões, o ponto mais alto da passarela fica a 20 metros da pista e a 14 metros do piso da passarela (THUM, 2010) (FIGURA 3).

Figura 3 – Passarela projetada por Oscar Niemeyer



Fonte: AQUINO (2012)



Fonte: ANDRADE (2010)

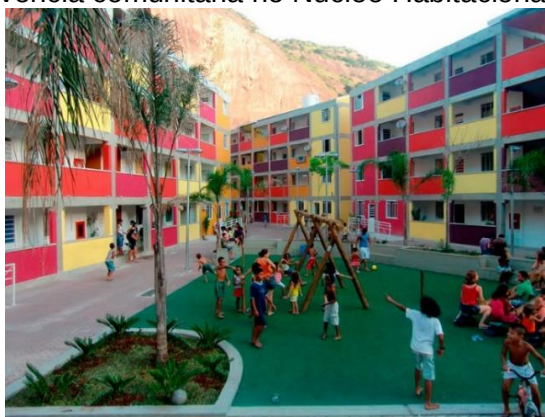
Para o alargamento da rua 4 que antes era um simples beco que variava de 60 cm a 80 cm de largura (FIGURA 4), foi necessário a desapropriação de 327 unidades, a rua se transformou em uma via com largura variável entre 5 e 12 metros, possibilitando a criação de um espaço compartilhado, gerando áreas públicas de estar e lazer, houve melhorias nas fachadas, e implementação de arborização e paisagismo. Para a realização dessa intervenção o governo realocou as famílias criando 144 novas moradias (FIGURA 5) realizado pelo arquiteto Jorge Mario Jáuregui (IZAGA e PEREIRA, 2014).

Figura 4 – Rua 4, antes e depois da Intervenção



Fonte: OLIVEIRA (2010), adaptado pela autora

Figura 5 – Espaço de convivência comunitária no Núcleo Habitacional da Rocinha



Fonte: Divulgação (S.d.)

De acordo com Betim (2015), os projetos do PAC constituem algumas falhas, como a questão de infraestrutura em alguns sub-bairros da Rocinha, onde crescendo desordenadamente, gerando problemas urbanos, como a falta de saneamento básico, que formam grandes valas que acumulam esgoto, lixo e ratos, formando em algumas áreas grande canal a céu aberto, conhecido como valão.

Segundo especialistas, as obras para construção de uma rede de esgoto resolveriam os problemas de insalubridade e ajudaria no avanço da urbanização de toda comunidade, onde os becos se transformariam em ruas largas, famílias que vivem em situações precárias seriam reassentadas, permitindo assim a estrada de luz solar e a circulação do ar influenciando na alta taxa de doenças causadas pelos problemas de insalubridade e saneamento básico (BETIM, 2015).

4.1.2 Comuna, Medellín – Colômbia

A cidade de Medellín, na Colômbia foi considerada a cidade mais violenta do mundo, nos anos 1990. Em 1991 chegou a obter o ápice de 380 homicídios por 100 mil habitantes, apresentando assim os mais altos índices de homicídio do mundo, esses números de homicídios eram altos em virtude da disseminação de armas de fogo na sociedade e o intensificado conflito armado entre facções associadas ao tráfico de drogas (ARQ.FUTURO, 2019). A cidade era conhecida mundialmente como a capital mundial do crime, *Pablo Escobar* foi o responsável pelo nascimento da máfia de narcotraficantes, promovendo guerra contra o estado (AZENHA E SOUSA, 2006).

Em Medellín se encontra a Comuna 13 (FIGURA 6), um aglomerado de 25 periferias que se tornou nos anos 90 o símbolo máximo de violência (DIMENSTEIN, 2006). A Comuna 13, é formada por um conjunto de bairros periféricos onde há poucas vias de acesso, as ruas são estreitas e parte dos terrenos se encontram em lugares íngremes e irregulares se formando pequenos labirintos (REY, 2002). Segundo Dimenstein (2006), só podia subir nas periferias quem tivesse a autorização, o poder público não atuava no local. Comuna 13 passou a ficar mais segura a partir de uma operação de guerra, onde o exército ocupou a região e instalou bases militares.

Figura 6 – Panorama Comuna 13



Fonte: Antonio (2019)

A tomada da Comuna 13 pelo Exército Nacional ocorreu na data de 16 de outubro de 2002, onde então o presidente da Colômbia, *Álvaro Uribe Vélez* (2002-2010), a pedido do então prefeito de Medellín, *Luis Pérez Gutiérrez* (2000-2003), determinou a tomada, tornando-se a maior operação militar urbana da história do

país, ficou mundialmente conhecida como operação Orión (CIRINO, 2019), começando assim uma série de intervenções.

A ação das forças regionais e nacionais, policial e militar foi muito importante para dar início as transformações, no entanto o que garantiu a permanência da queda dos índices de violência de Medellín foi um conjunto de políticas públicas analisadas para o bem estar da população, garantindo que os moradores dos bairros pobres tivessem acesso aos mesmos serviços públicos que as outras classes sociais, reduzindo as desigualdades sociais intraurbanas, gerando o urbanismo social, buscando identificar e recuperar as lacunas deixadas pelo Estado (ARQ.FUTURO, 2019).

Prosseguindo com o autor, em Medellín encontra-se uma zona central, plana e rica, cercada por periferias nas partes montanhosas, onde a maior parte da população é classificada como baixa renda. Esse aglomerado de periferias formam a Comuna 13 (FIGURA 7), que ao longo do tempo foram crescendo e sendo construídos sem um planejamento urbano, gerando problemas urbanos, como vias inadequadas, falta de espaços públicos, ausência das redes oficiais de água, energia e coleta de esgoto.

Figura 7 – Demarcação Comuna 13



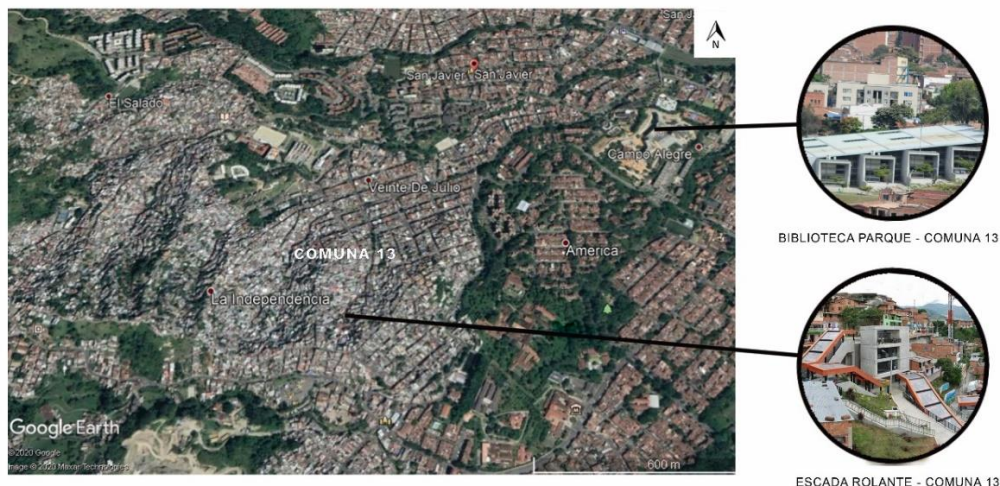
Fonte: Google Earth (2020), adaptado pela autora

As políticas de urbanismo social de Medellín promoveram uma série de intervenções para o alcance da integração de tais bairros com o restante da cidade, aplicando a expansão da rede pública de transportes pela inserção de soluções de mobilidade para a real adversidade da topografia do local. Os planejadores criaram bons espaços públicos, pensando na melhoria de vida e bem-estar da população, aperfeiçoaram o sistema viário existente e implementaram equipamentos públicos que estavam em falta, como escolas e postos de saúde. A intervenção incluiu a instalação de bibliotecas-parques, espaços para abrigar atividades e serviços diversos, tal como educação, cultura e convivência. A recuperação dos espaços urbanos, as construções e a criação de parques conseguiram diminuir a desigualdade existentes entre os investimentos realizados até então nos bairros ricos e nos bairros pobres (ARQ.FUTURO, 2019).

Segundo Cirino (2019), os projetos de intervenção urbana, social e institucional, direcionados a zonas segregadas e marginalizadas foram implantadas pelos Projetos Urbanos Integrais (PUI), e política de Urbanismo Social, além do apoio da Empresa de Desenvolvimento Urbano (EDU), iniciando-se com transformações na Comuna 1 e 2, implementado o alargamento e a adequação de ruas, construção de

parques e colégios públicos, além de um Parque Biblioteca. Para alcançar a mobilidade das vias íngremes, foi introduzido o teleférico Acevedo Santo Domingo. Após essas transformações em 2006 a PUI através do então gerente-diretor *César Augusto Hernández*, começou com as intervenções na Comuna 13 (FIGURA 8).

Figura 8 – Intervenções Comuna 13

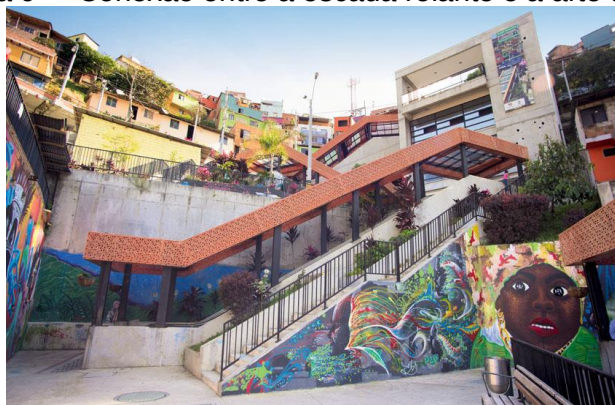


Fonte: Google Earth (2020), adaptado pela autora

Para o início das transformações, o Engenheiro *César Augusto Hernández* realizou visitas ao local a fim de reconhecer o território, entender a história dos moradores identificando-se assim suas carências e propor soluções. A população apontou como primeiro descontentamento o manuseio dos resíduos sólidos, para solucionar esse problema foram implantados tobogãs e ductos, favorecendo também a mobilidade, para que as pessoas pudessem subir e descer sem muito esforço e em boas condições (CIRINO, 2019).

Prosseguindo com o autor, o bairro mais conhecido na Comuna 13 é o *Las Independencias*, nele constitui cerca de 14 mil habitantes, a série de intervenções nesse bairro modificou a vida dos moradores, transformando suas ruas em galerias de grafites em meio a céu aberto. O arquiteto *Juan Carlos Ayure* após atuar através de uma construtora privada contratada pela EDU para auxiliar na execução das obras de remodelação do território e na e instalação das escadas rolantes (FIGURA 9), fundou a SAG (Street Architectural Graffiti) na periferia, mostrando ao mundo a arquitetura em forma de grafite.

Figura 9 – Conexão entre a escada rolante e a arte urbana



Fonte: Palomino (S.d.)

Ainda segundo o autor a mobilidade na Comuna 13 ficava restrita a alguns moradores devido ao relevo montanhoso, parte da população entre elas gestantes, idosos, pessoas com deficiência física, entre outras dificuldades evitavam sair de casa, por causa das grandes ladeiras. Dessa forma viviam segregados dos demais setores da cidade. Diante dessa situação César Augusto decidiu instalar um sistema de escadas rolantes, tendo como referência as escadas rolantes do Parque Güell, em Barcelona, localizada em uma acentuada colina da cidade catalã. A ideia de início assustou ao então prefeito *Alonso Salazar Jaramillo* que permaneceu no cargo entre 2008-2011, que por fim acabou autorizando a instalação da escada na periferia. Estudos feitos por topógrafos, engenheiros civis e arquitetos, com a ajuda de líderes comunitários e assistentes sociais foram feitos para a realização desse projeto onde ficou estabelecido a instalação do sistema no bairro *Las Independencias* facilitando a mobilidade, conectando o metrô na parte inferior e o Viaduto *Media Ladera* (um bulevar) e o *Balcón de la 13* (um mirador), no sexto e último lance de escadas, a obra foi inaugurada no dia 25 de dezembro de 2011.

Conforme Cirino (2019) para essa inovação na mobilidade na periferia a EDU promoveu uma série de campanhas pedagógicas, onde ocorreu reuniões e assembleias comunitárias junto aos moradores local, com a finalidade de instruir sobre os benefícios, cuidados e riscos da tecnologia que seria instalada no local. O sistema de escada rolantes (FIGURA 10) substituiu os 350 degraus de concreto onde a população levaria em média cerca de 30 minutos para chegar a base mais alta, para apenas quinze minutos, além de ajudar no bem-estar físico e na mobilidade urbana. A participação dos moradores foi muito importante, essencialmente nas etapas das obras, onde eles participaram do antes (em sua formulação), no durante (em sua execução) e no depois (em sua manutenção). Gerando assim o sentimento de pertencimento e de corresponsabilidade.

Figura 10 – Sistema de escada rolante – Comuna 13



Fonte: Action Press/Rex Features (2013), adaptado pela autora

As intervenções se deram através do alargamento e a pavimentação de calçadas (FIGURA 11), a realocação de redes elétricas externas, a reposição de redes de aqueduto e esgoto, revitalização de fachadas de casas populares, a realização de construções de dois edifícios públicos e espaços públicos, mobiliários urbanos, a

formação de áreas verdes e o levantamento de muros de contenção e por fim a instalação das escadas rolantes elétricas. De acordo com os dados da EDU a área total de intervenção foi de 1.812 m², os investimentos excederam os US\$4milhões (CIRINO, 2019).

Figura 11 - Intervenções de fachadas e rua -Comuna 13



Fonte: Ghione (2014)

Prosseguindo com o autor supracitado, após a ocupação pelo Exército Nacional e as intervenções urbanas realizadas em Medellín, os índices de criminalidade reduziram radicalmente. Medellín passou a ser vista como cidade inovadora, gerando empregos, cultura, lazer e educação. A cidade passou a receber turistas, sendo um gerador de empregos, possibilitando restabelecer a economia local. A Comuna 13 passou a ser um dos maiores atrativos turísticos de Medellín, que no ano de 2018 recebeu aproximadamente 170 mil visitantes, sendo 70% deles estrangeiros, o número de visitantes vem crescendo a cada ano, em 2019 somente no mês de janeiro a Comuna 13 recebeu cerca de 40 mil visitantes. Os turistas se interessam nas grandes transformações das obras públicas de urbanismo social, onde a história de superação se transforma em beleza e memória.

4.1.3 Análise dos estudos apresentados: avanços e entraves

Deve-se ressaltar que ambas periferias apresentadas nos estudos de caso, possuem um histórico de violência elevado, cresceram desordenadamente e ainda lutam contra os problemas socioeconômicos refletidos na desigualdade social.

Nota-se que as intervenções na Comuna 13 a partir da tomada pelo Exército Nacional, ajudou nas transformações juntamente com a comunidade que se dispôs a ajudar e investir na melhoria do lugar. O PUI foi usado como um instrumento de intervenção urbana, que apesar das trocas de governo durante o processo de intervenção, não foi desprezado. O Estado não abandonou os projetos previstos, e através de pesquisas e profissionais capacitados o estado ouviu os moradores e avaliou a periferia para uma possível melhoria que realmente se concretizou. A Comuna 13 que antes era vista como uma zona abandonada, marginalizada e altamente segregada, hoje traz consigo uma história de renovação através de suas intervenções urbanas.

Em contrapartida a cidade do Rio de Janeiro no fim dos anos 2000, empregou medidas correspondente com as que foram tomadas em Medellín na Colômbia.

Adotou a política de policiamento comunitário, criando o Instituto de Segurança Pública. O estado também decidiu investir em melhorias de infraestrutura nas favelas, instalando serviços públicos nas comunidades, entretanto, diversas promessas não foram cumpridas que por fim acabou sendo enfraquecida com as trocas de governo, não tendo continuidade.

Na intervenção da Rocinha, parte dos moradores não concordam com a escolha das prioridades de intervenções, por exemplo a construção do viaduto, projeto realizado por Oscar Niemeyer, em vista que a população necessita instantaneamente de investimentos em saneamento básico (BETIM, 2015). Nesse contexto ocorre o que Maricato (1995, p.36) ressalta:

[...] existe uma manipulação da chamada opinião pública, onde busca-se investir em intervenções simbólicas, inclusive nas áreas sociais para dá visibilidade à gestão pública. Como por exemplo o investimento de obras pontuais em locais visíveis, que otimizadas pelas campanhas publicitárias passam a ideia de algo por meio da dissimulação.

Ressalta-se a importância da participação dos moradores nas intervenções propostas pelo Estado, é importante que os gestores também incentivem a participação da população, fazendo com que eles se sintam incluídos nas transformações, podendo assim gerar o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade.

5. CONCLUSÃO

Atualmente a periferia ainda é vista como modelo de exclusão, cada uma tem sua história e seus problemas, elas devem ser tratadas individualmente para obter um bom resultado.

A falta do planejamento urbano pode ocasionar problemas futuros, assim como visto nos estudos apresentados. A Rocinha e Comuna 13 possuem problemas urbanos como a falta de infraestrutura, saneamento básico e desigualdade, que ocasionou uma certa exclusão social, devido seus históricos de violência e diferenças sociais, sempre envolvendo questões social, política e econômica. As intervenções realizadas nessas comunidades mostram que é possível intervir em espaços que não foram planejados, podendo trazer resultados positivos, como a mobilidade urbana, movimentos artísticos e a transformação da paisagem.

Fica claro que para o bom desenvolvimento das intervenções urbanas é preciso do apoio e da ajuda do estado e dos órgãos responsáveis para um bom funcionamento, estratégias para o reordenamento, proteção, reutilização e reconversão de espaços urbanos devem ser discutidos entre profissionais capacitados e as pessoas envolvidas no processo, assim como os moradores.

O urbanismo social é muito importante para possíveis intervenções, pois ele busca entender o que a população realmente necessita, e tenta achar soluções juntamente com os planejadores, diminuindo assim o alto índice de violência após a criação de espaços de convivência, cultura e lazer, se transformando em geradores de renda, saúde e educação fazendo com que as pessoas tenham novas oportunidades. É importante a união de esforços da sociedade, além da busca de atuações conjuntas do poder público e iniciativa privada para um bom resultado, assim, as intervenções podem mudar o cotidiano das pessoas, oferecendo cidadania e dignidade.

REFERÊNCIAS

ACTION PRESS / REX FREATURES. [Sem título]. 2013. Disponível em: < <https://www.dailymail.co.uk/news/article-2381389/Medillins-giant-outdoor-escalator-installed-Pablo-Escobars-old-city.html>>. Acesso em: 13, julho, 2020.

ANDRADE. **Passarela da Rocinha - Inauguração**. 2010. Disponível em: < <https://www.flickr.com/photos/photorafaelandrade/4802902062/in/photostream/>>. Acesso em: 13, julho, 2020.

ANTONIO. [Sem título]. 2019. Disponível em: < <https://www.trover.com/d/29N39-escalators-comuna-13-medellin-colombia>>. Acesso em: 13, julho, 2020.

AQUINO. **Passarela da Rocinha, de Niemeyer**. 2012. Disponível em: < <https://www.flickr.com/photos/luizdeaquino/6704604145/>>. Acesso em: 13, julho, 2020.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; Maricato, Ermínia. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, p.122, 2000.

ARQ.FUTURO. **3 exemplos de como o urbanismo social cria cidades mais seguras**. 2019. Disponível em: < <https://casavogue.globo.com/Arquitetura/Cidade/noticia/2019/01/3-exemplos-de-como-o-urbanismo-social-cria-cidades-mais-seguras.html>>. Acesso em: 23, junho, 2020.

AZENHA, Luiz Carlos.; SOUZA, Ronaldo de. **Uma nova Medellín**. 2006. Disponível em: < <http://g1.globo.com/bomdiabrasil/0,,MUL829642-16020,00-UMA+NOVA+MEDELLIN.html>>. Acesso em: 23, junho, 2020.

BETIM, Felipi. **“A Rocinha não precisa de teleférico, mas sim de saneamento básico”**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/03/politica/1441270863_849228.html>. Acesso em: 23, junho, 2020.

BEZERRA, A. M.; CHAVEZ, C. R. C. **Revitalização Urbana: Entendendo o processo de requalificação da paisagem**. Revista do CEDS - Periódico do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB. 2014. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/17593566/revitalizacao-urbana-entendendo-o-processo-de-requalificacao-da-paisagem>>. Acesso em: 28, março, 2020.

CAMARGO, Luiz Otávio de Lima. **O que é Lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1989

CARDOSO, Adauto Lúcio. **Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas**. 2007. Disponível em: <http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/CARDOSO_Avancosedesafiosnaxperienciabrasileiradeurbanizacaoeeavelas.pdf>. Acesso em: 20, abril, 2020.

CARTA, da Reabilitação Urbana Integrada. Carta de Lisboa. In: ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE REABILITAÇÃO URBANA: Centros Históricos, Lisboa 1995. Disponível em:

<https://www.academia.edu/40451243/CARTA_DE_LISBOA_SOBRE_A_REABILITACAO_URBANA_INTEGRADA_1o_Encontro_Luso-Brasileiro_de_Reabilitacao_Urbana_Lisboa_21_a_27_de_Outubro_de_1995>. Acesso em: 10, maio, 2020.

CHENSIYUAN. **Vista aérea da Rocinha, bairro que abriga mais de 70 mil moradores.** 2016. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/8689-rocinha-de-fazenda-a-maior-favela-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 13, julho, 2020.

CIESPI. **IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO.** Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ciespi.org.br/Cartografia/Historico-Rocinha-1038>>. Acesso em: 23, junho, 2020

CIRINO, Adriano. **Sobre o morro, a céu aberto: história de um bairro popular e de suas escadas rolantes elétricas.** 2019. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/923963/sobre-o-morro-a-ceu-aberto-historia-de-um-bairro-popular-e-de-suas-escadas-rolantes-eletricas>>. Acesso em: 23, junho, 2020.

COUTO, Perla do.; MARTINS, Solismar Fraga. **Revitalização urbana como produto d apropriação do espaço público.** Paraná, agosto 2013. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/anais/ii_seurb/documentos/couto-perla-do.pdf>. Acesso em: 11, maio, 2020.

CUNHA, Maria Luísa S. Oliveira. **A INTERVENÇÃO NA CIDADE EXISTENTE.** Portugal, janeiro 1999. p.4. Disponível em: <<https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/851/1/A%20intervencao%20na%20cidade.pdf>>. Acesso em: 10, maio, 2020.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Medellín passou de capital da violência a laboratório da paz.** São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/colunas/gd161006a.htm>>. Acesso em: 23, junho, 2020.

DIVULGAÇÃO. [Sem título]. s/d. Disponível em: <<https://www.causp.gov.br/arquitetos-discutem-desafios-e-oportunidades-da-habitacao-social/>>. Acesso em: 13, julho, 2020.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior. **Políticas públicas e exclusão social: ou como as cidades constroem suas periferias.** Recife, Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, p.157-158, 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ana%20Paula/Downloads/Dialnet-PolíticasPublicasEE exclusãoSocial-5842562.pdf>>. Acesso em: 17, maio, 2020.

FORTUNA, Carlos.; LEITE, Rogerio. **Plural de cidades: Novos léxicos urbanos.** Coimbra, setembro 2009. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/80281/1/Requalificacao%20urbana.pdf>>. Acesso em: 28, março, 2020.

Ghione, Roberto. **Escadas rolantes, intervenção urbana e arte social na Comunidade 13, San Javier.** 2014. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.166/5177>>. Acesso em: 13, julho, 2020.

GOOGLE. Google Earth website. <http://earth.google.com/>, 2020.

Instituto Brasileiro De Geografia e Estatísticas. **Aglomerados Subnormais.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 23 maio 2020.

Instituto Brasileiro De Geografia e Estatísticas. **Censo 2010: 11,4 milhões de brasileiros (6,0%) vivem em aglomerados subnormais.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14157-asi-censo-2010-114-milhoes-de-brasileiros-60-vivem-em-aglomerados-subnormais>>. Acesso em: 23 maio 2020.

Instituto Brasileiro De Geografia e Estatísticas. **Quase dois terços das favelas estão a menos de dois quilômetros de hospitais.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27728-quase-dois-tercos-das-favelas-estao-a-menos-de-dois-quilometros-de-hospitais>>. Acesso em: 23 maio 2020.

IZAGA, Fabiana.; PEREIRA, Margareth da Silva. **A MOBILIDADE URBANA NA URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS NO RIO DE JANEIRO.** Rio de Janeiro, maio, 2014, p.109-110. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/11533/9082>>. Acesso em: 17, maio, 2020.

JORGE, Wanda. **Periferia e favelização avançam nas grandes cidades da América Latina.** São Paulo, 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200005>. Acesso em: 23, junho, 2020.

MARTINS, Karla Gonçalves. **Expansão urbana desordenada e aumento dos riscos ambientais à saúde humana: o caso brasileiro.** 2012. Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Planaltina, 2012. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4135/1/2012_KarlaGoncalvesMartins.pdf .Acesso em: 26 de abril de 2020.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias.** In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos, 2013.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades Alternativas para a crise urbana.** Ed. Vozes, 7ª edição Petrópolis RJ, 2001.

MARICATO, Erminia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência.** São Paulo: HUCITEC, 1995. Disponível em: <http://fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf> Acesso

em: 02, maio, 2020.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado**. São Paulo, vol.14. 2000. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000400004&script=sci_arttext&tlng=es > Acesso em: 02, maio, 2020.

MATA, Daniel; LALL, Somik V.; WANG, Hyoung Gun. **Favelas e dinâmica das cidades brasileiras**. 2008. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_2_29.pdf>. Acesso em: 26, abril, 2020.

MOREIRA, Pedro Fonseca. **Relação de escala: a interação entre diferentes formas de planejamento na rocinha**. Rio de Janeiro, 2014, p.23. Disponível em: < <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/5484/1/PFMoreira-min.pdf> >. Acesso em: 23, junho, 2020.

MOTA, S. **Urbanização e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999. 353p

MUNIZ, Carla. **O que é Marginalização?**. Toda Matéria, 2019. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/o-que-e-marginalizacao/>. Acesso em: 22, junho, 2020.

NETO. Nelson Felix Lima. **As recentes intervenções urbanas na Rocinha e a participação dos moradores nesse processo**: a experiência do grupo Rocinha Sem Fronteiras. PUC-RIO, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA. [Sem título]. 2010. Disponível em: < <http://www.williamdarocinha.blogspot.com/2010/12/milagre-da-rua-4.html> >. Acesso em: 13, julho, 2020.

PALOMINO, Lisa. **Medellín em la Comuna 13: La escalera de los nuevos tiempos**. s/d. Disponível em: < <https://www.panorama2go.com/en-la-comuna-13-la-escalera-de-los-nuevos-tiempos/> >. Acesso em: 13, julho, 2020.

REY, Valquiria. **Comuna 13 foi trincheira estratégica para grupos ilegais**. 2002. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/021031_colombiaag.shtml>. Acesso em: 23, junho, 2020.

ROCINHA BLOG. **A HISTÓRIA DA ROCINHA CONTADA PELA TV ROC**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < <http://www.rocinha.org/blog/?p=2304> >. Acesso em: 23, junho, 2020.

ROD, Juan Luis. **Favela da Rocinha: além do tráfico**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/05/album/1549387456_663322.html#foto_gal_1 >. Acesso em: 23, junho, 2020.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SCOTTO, Luís Alberto. **A CONSTRUÇÃO DO IDEÁRIO REPUBLICANO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**. Revista do Curso de Letras da UNIABEU Nilópolis, v.5, Número 2, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RE/article/view/1519/pdf_271> Acesso em: 20, abril, 2020.

SILVA, J. A. da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 2ª ed. rev. At. 2ª tiragem. São Paulo MALHEIROS EDITORES, 1997.

SILVA, Heitor de Andrade. **Revitalização Urbana de Centros Históricos**: uma revisão de contextos e propostas: a Ribeiro como estudo de caso. Natal, 2002. Disponível em:<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/12313/1/RevitalizacaoUrbanaCentros_Silva_2002.pdf>. Acesso em: 10, maio, 2020.

SILVA, Keli de Oliveira. **A periferização causada pela desigual urbanização brasileira**. Revista Urutágua. Paraná, dez./jan./fev./mar., 2007. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/011/11silva.htm>>. Acesso em: 17, maio, 2020.

SOUZA, A. G. **Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras - (Re)Qualificando a questão para Salvador-BA**. Cadernos Metrópole PUCSP, São Paulo, n. 5, p.65, 2002. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/metropole/article/viewFile/%209297/6901>>. Acesso em: 20, abril, 2020.

SOUZA, M. L.; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

TAVARES FILHO, Thomé Eliziário. **Padrões de valores e expectativas de futuro dos menores marginalizados em Manaus**. Manaus: EDUA, 2001.

THUM, Tássia. **Passarela feita por Niemeyer para a Rocinha é inaugurada**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/06/passarela-feita-por-niemeyer-para-rocinha-e-inaugurada.html>>. Acesso em: 23, junho, 2020.

TRINTADE, Fernanda Cota. **Multiplicidade**: O lugar da habitação nas intervenções em áreas centrais. Vitória 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/4436/1/tese_8743_Fernanda%20Cota.pdf>. Acesso em: 10, maio, 2020.

VILLAÇA, F. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: O Processo de Urbanização no Brasil: falas e façanhas. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, p.225 - 226, 1999.

VILLAÇA, F. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: O Processo de Urbanização no Brasil: falas e façanhas. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, p.172, 1999.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, Lincoln Institute, 2001.